

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – DIURNO**

Naiara Nuh de Pires

**SENTIMENTOS E SENTIDOS DO QUERER SER PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA HISTÓRIA AUTOBIOGRÁFICA**

Santa Maria, RS
2017

Naiara Nuh de Pires

**SENTIMENTOS E SENTIDOS DO QUERER SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UMA HISTÓRIA AUTOBIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na disciplina de Trabalho de Final de Curso (EDE 1024), do curso de Educação Especial Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Orientadora: Dr.^a Maria Alcione Munhoz

Santa Maria, RS, Brasil
2017

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Licenciatura em Educação Especial - Diurno**

Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de
Curso

**SENTIMENTOS E SENTIDOS DO QUERER SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UMA HISTÓRIA AUTOBIOGRÁFICA**

elaborado por
Naiara Nuh de Pires

como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Educação Especial

COMISSÃO EXIMINADORA:

Profª Maria Alcione Munhoz, Dr.ª (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Profº Jose Luiz Padilha Damilano, Esp. (UFSM)

Profª Andréa Tonini, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 19 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é uma das maiores medidas do caráter de uma pessoa.

Uma pessoa grata costuma ser humilde, fiel, companheira e amiga dos amigos.

Uma pessoa ingrata tende a ser egoísta, traiçoeira, individualista e amiga apenas de si mesma.”

(Augusto Branco)

Ao reconhecimento de que sozinha eu nada conseguiria, considero que a concretização deste trabalho foi possível pela participação de diversas pessoas, que foram fundamentais na minha formação pessoal e profissional. Acredito que nos constituímos através de nossas relações com o ambiente e com o outro. Pois, a partir do momento que cada troca de ensinamentos, aprendizados, experiências e vivências são determinantes na nossa constituição como indivíduo.

Agradeço:

- a Deus:

por me abençoar e iluminar durante toda minha trajetória.

- a minha mãe, Eliana Naifa Nuh de Pires e ao meu pai José Luiz Pires de Pires:

pelo amor, carinho, apoio e confiabilidade. Sou grata por acreditarem no meu potencial e esforço, pois foi fundamental para que eu seguisse lutando, em busca dos meus objetivos. Meu grande obrigado a vocês, meus amores;

- a minha irmã, Adriani Nuh de Pires e ao meu irmão Eduardo Nuh de Pires:

pelo companheirismo e presença em todos os momentos importantes de minha vida.

Meu agradecimento por todo amor compartilhado entre nós;

- a todos meus familiares maternos e paternos:

pelo apoio em cada etapa da minha caminhada. Meu obrigado a todos por se fazerem presentes à sua maneira;

- aos meus amigos:

que compreenderam minha ausência em alguns momentos e por sempre me incentivarem a seguir batalhando. Meu enorme carinho e amor a vocês;

- a minha orientadora, Dr.^a Maria Alcione Munhoz:

pelo apoio e auxílio na construção deste trabalho, pois concluo essa etapa graças a sua credibilidade em meus esforços e dedicação. Meu imenso carinho e admiração

a você, minha querida mentora e amiga;

- a todos os professores:

pelos ensinamentos que foram essências na minha constituição profissional. Meu

obrigada a cada um de vocês;

- a minha segunda casa, Universidade Federal de Santa Maria, em especial ao

meu núcleo, Centro de Educação (CE):

pela disponibilidade de espaços e movimentos culturais, que foram fundamentais

para meu desenvolvimento acadêmico;

Enfim, meu obrigado a todos que de alguma forma se fizeram presentes na minha

trajetória!

*Dedico este trabalho:
aos meus Pais, Eliana Naifa Nuh de Pires e José Luiz Pires de Pires;
aos meus irmãos Adriani Nuh de Pires e Eduardo Nuh de Pires;
e em especial ao meu afilhado Lorenzo Zampiva Nuh,
por ser a peça fundamental na minha escolha profissional.*

RESUMO

SENTIMENTOS E SENTIDOS DO QUERER SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA HISTÓRIA AUTOBIOGRÁFICA

AUTOR: Naiara Nuh de Pires
ORIENTADORA: Dr.^a Maria Alcione Munhoz

Este trabalho apresenta um estudo autobiográfico centralizado na história do autor participante deste, articulado com a pesquisa bibliográfica em documentos de âmbito Nacional e institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mais especificamente da história curricular formativa do Curso de Educação Especial, oferecido pela instituição. Por meio deste, procura-se criar uma reflexão acerca da formação do profissional capacitado para atender pessoas com necessidades educacionais especiais, compreendendo essa formação em diferentes momentos da história. Para a realização deste trabalho, foram abordadas referências teóricas através do método da autobiografia, onde aprofundou-se nas características centradas nesse processo metacognitivo, concomitante com o método da pesquisa bibliográfica, que proporciona o aprofundamento no conhecimento da área desejada. Os resultados obtidos demonstram a acuidade de realizar esse exercício reflexivo, pois esse promove um momento introspectivo acerca de nossas vivências, experiências e relações, assim, refletindo em nossos aprendizados e práticas futuras. Também é importante procurar sempre compreender os caminhos constituintes das áreas em que estamos inseridos, no caso deste estudo, visou-se inteirar sobre os processos que fizeram parte da formação do Professor de Educação Especial, em que evidentemente vem de uma reestruturação ao longo das últimas décadas, relacionados diretamente com o contexto político, econômico e social. Conclui-se, que o ato de pensar sobre si próprio, articulado com análises teóricas, cogita também avaliar todos os aspectos de sua formação, considerando essa determinante na constituição de um sujeito tanto no sentido pessoal quanto profissional.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação de professores. Autobiografia.

ABSTRACT

FEELINGS AND MEANINGS OF WANTING TO BE A SPECIAL EDUCATION TEACHER: NA AUTOBIOGRAPHICAL HISTORY

AUTHOR: Naiara Nuh de Pires
ADVISOR: Dr.^a Maria Alcione Munhoz

This paper presents an autobiographical study centered on the history of the participant author, articulated with the bibliographic research in documents of National and Institutional scope of the Federal University of Santa Maria (UFSM), more specifically of the curricular history of the Special Education Course, offered by the institution. Through this, it is sought to create a reflection about the formation of the professional trained for attending people with special educational needs, understanding this formation in different moments of history. For the accomplishment of this work, theoretical references were approached through the method of autobiography, where it deepened in the characteristics centered in this metacognitive process, concomitant with the method of bibliographical research, which provides the deepening in the knowledge of the desired area. The results obtained demonstrate the acuity of performing this reflexive exercise, since it promotes an introspective moment about our lives, experiences and relations, thus reflecting on our future learning and practices. It is also important to always seek to understand the constituent paths of the areas in which it is inserted, in the case of this study, it was aimed to find out about the processes that were part of the Special Education Teacher training, which evidently comes from a restructuring over the decades, linked directly to a political, economic and social context. It is concluded that the act of thinking about oneself articulated with theoretical analyzes, also considers evaluating all aspects of their formation, considering this determinant in the constitution of a subject in both the personal and professional sense.

Key words: Special Education. Teacher training. Autobiography.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 DISCUSSÕES TEÓRICAS | 13 |
| 2.1 AUTOBIOGRAFIA: REFLEXOS DE MINHAS ESCOLHAS PESSOAIS NA CONSTRUÇÃO DO MEU PROCESSO FORMATIVO PROFISSIONAL | 13 |
| 2.2 CAMINHOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL | 21 |
| 2.3 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERCURSO DA FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 29 |
| 3 PROCESSOS ESTRUTURAIS DESTE ESTUDO: REFLEXÃO AUTOBIOGRÁFICA E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA | 34 |
| 4 DESFECHOS E RECOMEÇOS: FINDANDO UM CICLO E IDEALIZANDO NOVAS POSSIBILIDADES | 36 |
| REFERÊNCIAS | 38 |

1 INTRODUÇÃO

Para a produção desse trabalho de conclusão do curso de Educação Especial, minha escolha se fundamenta no desejo de escrever minha autobiografia, onde registro minha motivação e interesse em buscar a formação para ser professora de crianças com necessidades especiais. Meu ingresso no curso de Educação Especial decorreu da vontade de preencher algumas lacunas que foram surgindo à medida que fui me relacionando e convivendo com uma criança Síndrome de Down.

Que desde seu nascimento, motivada por uma estreita ligação afetiva, percebia pequenas particularidades que ainda não compreendia, e que muito pouco sabia, por essa situação, ser de um momento incomum para mim e para toda nossa família. “O nascimento de um bebê malformado é, uma oportunidade de adaptação e luto, pois essa situação passa a ser um desafio para quem vai assumir a tarefa de promover os cuidados de que ele necessita, além de amá-lo” (MUNHOZ, 2003, p.42). As poucas informações eram decorrentes do conhecimento de pessoas que tinham apenas pressupostos embasados no senso comum.

Todavia, ao fazer essa afirmativa não quero aqui desvalorizar informações providas do senso comum, pois esse se fundamenta nos conhecimentos empíricos passados de geração em geração. E que de certa forma, se tornam importantes, uma vez que nos instigam a buscar compreender novos assuntos, não apenas de forma simplória, mas estimulando ao aprofundamento de acordo com nossos interesses.

Posso dizer que até dado momento estas informações me satisfaziam, pois ainda estava me descobrindo como alguém que continuava vivendo a situação traumática da perda do bebê sonhado. Essa ocasião, no caso, é “um colapso repentino da auto-estima dos pais”, (BRAZELTON & CRAMER, 1992, p.189). Bem como uma circunstância que afeta toda a família e todos que tem a responsabilidade do cuidado, “[...] pesquisadores que vêm estudando as reações das famílias diante desse feito, dizem que os filhos funcionam como espelho para os pais, (MUNHOZ, 2003, p.42). Qualquer alteração congênita ou adquirida afeta diretamente sua auto-estima, servindo para desfazer a imagem idealizada.

Desse modo, com intuito de me adaptar à nova situação vivida, encontrei a motivação para cursar a Educação Especial. Alimentei o propósito de que poderia preencher lacunas que foram me constituindo ao longo dos anos anteriores a

graduação. A ideia inicial era de que com conhecimento na área, poderia futuramente proporcionar meios para ajudar meus familiares. Assim, segui ao longo do processo formativo, no entanto, à medida que aprofundava conhecimentos neste campo, percebi que esse compromisso ia mais além.

Hoje me aproximando do final da graduação, posso refletir sobre tudo que aprendi, compartilhei e vivenciei durante estes quatro anos, percebendo, desse modo, o quanto a formação me enriqueceu profissionalmente, bem como nas minhas relações pessoais. A partir disso, dei-me por conta que meu objetivo foi se modificando ao longo de minha trajetória acadêmica, em que ideias e concepções já formadas, foram se aperfeiçoando conforme estudava as teorias.

Relembro uma das primeiras falas que ouvi de uma professora no início da graduação, e que agora faz todo sentido em minha vida. Ela ressaltou que sairíamos do curso totalmente diferentes de como estávamos entrando. Neste sentido, o pensamento do filósofo John Locky (LOCKY, 1632 – 1704 apud SILVEIRA, 2002, p.33), retrata exatamente desta concepção, no qual o indivíduo nasce como uma “tábula rasa”, vindo a se modificar, à medida que vivencia experiências e busca novos conhecimentos ao longo de sua vida, tornando ideias simples em complexas.

Penso agora no que a formação do professor de educação especial me proporcionou, modificou e contribuiu na minha constituição de sujeito, tanto no que diz respeito a área profissional, quanto pessoal. Assim, como no entendimento da formação desse professor, que passou por diferentes momentos na história do curso influenciado por mudanças no âmbito mundial.

Neste seguimento, concomitante com a história autobiográfica desse estudo, quero aqui, articular experiências e vivências pessoais, com aquilo que foi meu conhecimento teórico adquirido ao longo de minha formação. Com isso, destaco que o tema a ser abordado neste trabalho, se limita no estudo do professor de educação especial: sua formação articulada com minha história autobiográfica que gradualmente me constituíram como educadora especial.

Para tanto, me utilizarei dos fundamentos metodológicos para construção de uma pesquisa autobiográfica, assim como pesquisa bibliográfica que se baseia em documentos sobre a formação do professor de educação especial durante a história do Brasil e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Como podemos perceber, ao longo do tempo, muitos avanços foram surgindo na área educacional, mais especificamente na área da Educação Especial. Estas

conquistas fazem parte da formação do professor, que busca constantemente novos conhecimentos, compreendendo as mudanças curriculares na sua formação, no intuito de possibilitar cada vez mais melhorias e novas condições de vida aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em decorrência das alterações que foram surgindo, necessitando de diferentes demandas, o professor desta área foi se constituindo de diversas maneiras, comportando especializações focadas na necessidade que se fazia presente no momento, de acordo com cada período da formação desse profissional.

Nesse contexto, o presente estudo se faz necessário, compreendendo sua importância na investigação dos avanços e adaptações que a habilitação do professor de educação especial passou ao longo dos anos. Exercendo um cunho investigativo, a partir da autorreflexão dos fatores, que me constituíram educadora especial e os aperfeiçoamentos que a formação desse docente sobreveio.

Assim, o objetivo deste trabalho propõe pensar sobre os caminhos da formação do professor de Educação Especial no âmbito nacional e institucional, bem como refletir sobre a formação pessoal da autora através da história autobiográfica.

2 DISCUSSÕES TEÓRICAS

Este capítulo está estruturado a partir de três principais pilares, que se subdividem no compartilhamento da história autobiográfica do professor como sujeito participante desse estudo, compilação de dados sobre a formação do professor de educação especial em diferentes momentos da história do Brasil e no campo da área ofertado na Universidade Federal de Santa Maria.

2.1 AUTOBIOGRAFIA: REFLEXOS DE MINHAS ESCOLHAS PESSOAIS NA CONSTRUÇÃO DO MEU PROCESSO FORMATIVO PROFISSIONAL

Aos vinte dias de janeiro de 1997, às 7 horas e poucos minutos da manhã de uma segunda-feira, típica de um verão muito quente, nasci por meio de parto cesariano sem quaisquer complicações durante os procedimentos, no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), sendo assim, natural de Santa Maria – Rio Grande do Sul/Brasil.

Um dos momentos mais difíceis para os familiares, a escolha do nome, não dispensou aquelas listas clichês que todos criam para decidir qual combina mais com aquela pequena criaturinha, e assim, através da sugestão de um dos meus tios, minha mãe optou por Naiara, por acreditar que esse era um nome que trazia uma identidade forte. Alguns dias depois fui registrada pelo meu pai no cartório da cidade.

Como toda criança, ou pelo menos a grande maioria, recebi o aconchego, amor e carinho de meus pais desde o meu primeiro suspiro no mundo. Quando liberada para ir embora do hospital, cheguei em casa com a recepção de meus familiares, dentre eles minha irmãzinha mais velha, a qual temos uma diferença de 1 ano e 6 meses de idade. E, por conseguinte ao meu nascimento, um ano depois, nasceu meu irmão casula, completando assim a minha pequena e amada família.

Neste período que marca o meu nascimento, o Brasil passava por uma transição na área da educação, mais especificamente na educação especial, haja vista, que:

[...] A educação inclusiva tem início a partir dos anos 70 passando a significar o processo de normalizar serviços e ambientes e condições de vida do ser humano ou ainda oferecer, aos portadores de 11 necessidades especiais,

modos e condições de vida diária, o mais parecido possível, às formas e condições de vida do resto da sociedade. (SCALIANTE, 2012, p. 10-11)

Ainda que aspectos da normalização já vinha sendo discutida em décadas anteriores em outros continentes, no Brasil, apenas nos anos 70, a perspectiva de vida desses sujeitos estava na ressocialização, por meio da uniformidade de direitos que asseguravam a participação ativa dos marginalizados em todos os espaços culturais, educacionais e sociais da sociedade.

Prosseguindo, minha infância foi digna de uma criança que recebeu amor e educação dos pais, sem grandes luxos, compreendendo que o menos é mais. Era uma criança ativa, que adorava correr e pular, a todo momento. Gostava de brincadeiras típicas, como: esconde-esconde, amarelinha, pega-pega e cabra-cega, que na maioria das vezes compartilhava com meus irmão e primos. Meus pais, faziam questão de proporcionar a nós, tudo o que eles não tiveram quando crianças, o que de certa forma todos os pais esperam para seus filhos.

Sempre tivemos os dois muito presentes em nossas vidas, como na primeira perda do dentinho de leite, os primeiros passinhos, as primeiras palavras, o primeiro dia na escola, entre outros. Esses momentos fizeram toda a diferença, para que eu desse valor a cada abraço, beijo ou gesto de afeto que recebia, como também tudo que conquistei durante minha vida.

Ao mesmo tempo que era serelepe, era tímida. Pelas palavras de minha mãe, fui uma garotinha de poucos vocábulos, envergonhada quando abordada ou elogiada, obediente e de uma ótima educação. O que não difere muito do que sou hoje, pois ainda continuo aquela menina acanhada e quieta quando me encontro em público, mas que é determinada e dedicada em tudo que faço.

Em 1999 nos mudamos para Canoas, um município pertencente a mesorregião de Porto Alegre – Rio Grande do Sul/Brasil. Em decorrência da transferência do meu pai, que é bombeiro, conseqüentemente, servidor público do estado. Neste período, já estava prestes a iniciar a vida escolar, assim:

O período de adaptação de uma criança em um novo ambiente é sempre muito complicado, seja na escola ou qualquer outro lugar, a criança vai ter que se adaptar ao ambiente e à pessoa que ficará com ela. Quando se trata de uma instituição de educação infantil, os professores têm que estarem muito bem preparados para receber essa criança, esse profissional terá que fazer atividades especiais e diferenciadas com essa criança, para que ela se sinta segura e tranquila neste novo ambiente. (SANTOS, p. 31, 2012)

Neste sentido, tive todos os artefatos necessários para que minha vida escolar iniciasse tranquilamente. Entrei para pré-escola aos 5 anos e 2 meses de idade em 2002, pois as alternativas, na época, eram: ou entrar precocemente através de uma adaptação para ver se conseguiria acompanhar a turma, pois a mesma, continha alunos na transição dos 5 anos e 9 meses para os 6 anos, ou entrar no ano seguinte com 6 anos e 9 meses de idade, o que acarretaria na retardação da minha conclusão nos estudos. Felizmente, consegui me habituar e acompanhar meus colegas sem dificuldade alguma.

Tudo percorria bem, até que em 2003, quando residíamos em Sapucaia do Sul, por meio de mais uma transferência proporcionada de uma promoção de trabalho ao meu pai, reorganizamos e seguimos nossas vidas. Até que três anos depois, em consequência de um acidente ocorrido com ele, tudo mudaria rapidamente.

Na época, com 9 anos de idade, lembro do dia quente que fazia, acompanhada de uma fina garoa. Estávamos eu, minha irmã e minha mãe, fazendo compras em um armazém próximo ao corpo de bombeiros, meu irmão naquele dia estava junto com meu pai no serviço. De repente, um amigo da família vem a nossa direção, com a infeliz notícia que meu pai havia sofrido um grave acidente, ele caiu direto da torre de 10 metros de altura no saguão dos bombeiros, lugar onde ficam as viaturas da corporação.

Após a notícia nos deslocamos até o local do acidente, lembro-me do desespero e preocupação de minha mãe, minha irmã consolando meu irmão que viu tudo, eu incrédula e sem entender o acontecido e muito menos o que aconteceria dali em diante. Foram longos meses de internação e recuperação de meu pai, que se refletiam na ausência de minha mãe, o que de certa forma foi amenizada com a ajuda de amigos e parentes paternos solidários que nos deram todo apoio e força.

Acredito que esse detalhamento se faz necessário para dizer do momento difícil que passamos, assim como, compreender que esse momento foi determinante nos rumos que nossas vidas tomaram. Em 2007 com muitas dificuldades, tivemos que retornar para Santa Maria, onde recebemos todo amparo e assistência dos parentes maternos. Nesse novo lar, meu pai, após todo o drama vivido, agora se readaptava ao mundo novamente e nos fomos superando, pouco a pouco, a tragédia ocorrida na família.

Porém, nem tudo na vida são infelicidades e dificuldades, mas também superação e surpresas boas. Como a felicidade e entusiasmo que me tomaram

quando, em 2008, ganhei um dos maiores presentes que me ensinaria o real significado de amar o próximo acima de suas diferenças e o respeito ao sujeito singular que todos nós somos. Na época com 11 anos de idade, lembro quando minha tia chegou com a notícia que estava grávida, e que em alguns meses chegaria um garotinho.

A família toda ansiosa para a chegada do pequeno, encantados por cada roupinha e sapatinhos que compunham o enxoval, detalhes, desde o bercinho e a decoração do quarto. Eu ficava impressionada com o crescimento da barriga e os movimentos que a mesma fazia quando repousava a mão sobre ela, era um mundo totalmente novo e que me encantava.

A gravidez pode ser um dos momentos mais mágicos para uma mulher, compreendendo que envolve emoções, sentimentos, dores e alegrias à flor da pele. Toda mãe espera gerar um filho perfeito, por isso durante a gestação, cuida e zela cada estação com cuidado e amor, aguardando ansiosamente para a chegada de seu filho. Neste sentido, Alves considera que:

Desde a infância a mulher idealiza o filho que um dia poderá ter e, ao engravidar, deseja que o seu filho seja o mais bonito, inteligente, o melhor. Ninguém engravida para ter filho com deficiência! [...] durante a gravidez, apesar da constante preocupação, o casal prefere acreditar que o bebê terá saúde e será perfeito [...] (2012, p.90)

Não muito diferente disso, todos nós idealizávamos o bebe perfeito. E sim, ele veio perfeito, com saúde e abençoado por Deus. Assim, no dia 3 de outubro de 2008, nasceu nosso amado Lorenzo. Na época, meus tios assistindo o filme “O óleo de Lorenzo”, dirigido por George Miller nos anos 90, que, em seu enredo traz como drama pais que lutam para salvar a vida de seu filho, diagnosticado com uma doença rara, ficaram encantados com o nome do menino, despertando o interesse neles, que buscavam algo que combinasse com a personalidade do bebê e que trouxesse um significado angelical.

Durante três meses, percebemos que o Lorenzo, doravante Lo, apelido carinhoso atribuído a ele pela família, apresentava algumas peculiaridades que causavam certo estranhamento a nós, como por exemplo, hipotonia muscular e língua para fora. Então, através de alguns exames foi comprovado e diagnosticado a síndrome de down, a qual decorre de uma alteração genética no cromossomo 21, e que acarreta no atraso do desenvolvimento cognitivo de uma pessoa.

Nesse momento, dois mundos se chocam, a do filho ideal e a do filho real. A morte do filho ideal traz diversas preocupações e sentimentos, como:

[...] a dor, a angústia, o desespero, o medo, a tristeza: o luto. O filho está lá! É outro, completamente diferente do que foi desejado, mas está lá, e o casal (muitas vezes somente a mãe) não tem autorização para chorar e ficar de luto pelo filho que morreu. As pessoas ao redor cobram ações e atitudes, indiferentes ao conflito de sentimentos dos pais. (ALVES, 2012, p. 91).

Por esses aspectos, levou um tempo até que nós “crianças” soubéssemos que o nosso Lo era “diferente”, pois meus tios tinham medo que nós o rejeitássemos. Hoje consigo compreender as angustias e receios de meus tios, tendo em vista, que durante anos as pessoas com necessidades especiais foram marginalizadas e excluídas da sociedade. Também todo pai e mãe tem seu tempo de admissão, é importante que esse seja construído, pois o primeiro passo para a inclusão social desse sujeito parte da aceitação da família.

A realidade é que uma criança com síndrome de down necessita de mais estimulação para seu desenvolvimento, mas ela vai alcançar seus objetivos, crescer saudavelmente, aprenderá a ler e escrever, desenvolverá sua autonomia, terá medos e angustias, amores e desamores, conseguirá um emprego, tudo como uma pessoa dita “normal”. Nesta perspectiva, no mesmo ano do nascimento de Lorenzo, o Decreto-Lei nº3/2008, que assegurava o direito a educação e atendimento individualizado ao público alvo da educação especial, estava sendo instaurado.

Por conseguinte, no período dos meus 12 até 14 anos (2009 a 2011), passei por muitos acontecimentos, concluí meu ensino fundamental, tive momentos felizes e outros difíceis, como a descoberta do diabetes de minha mãe e o infarto de minha avó materna, o que me abalou significativamente, pois sou frágil quando o assunto é família.

Durante esse período, participei de alguns testes vocacionais, esses que tem por objetivo direcionar uma área profissional a qual se encaixa com sua personalidade. Lembro que fiz alguns testes, disponíveis online e que na grande maioria me apontavam para área das humanidades, compreendendo minha criatividade, habilidade de ouvir e compreender o outro, paciência, flexibilidade e acessibilidade.

Mais um passo para a construção da profissional que me tornaria, estava se concretizando. Percebi que meu jeito sério e comprometido, ao mesmo tempo

disponível para conhecer e aprender, e acima de tudo a vontade de ajudar o próximo, me fizeram pensar que eu queria algo que amasse fazer e que me trouxesse um sentido na vida.

Findando o 1º ano do ensino médio, o qual nos induzia na escolha profissional, tendo em vista, que na época as provas para ingressar na Universidade Federal de Santa Maria funcionavam a partir de duas modalidades: a primeira era por meio de 3 ciclos, que comportavam três provas anuais PS1, PS2, PS3 e redação no último ano, a segunda era através do vestibular e redação.

Minha dúvida só crescia, até que em 2011 comecei a acompanhar meu primo algumas vezes no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES), do Centro de Educação (CE), na UFSM. Esse projeto oferecia a estimulação essencial para crianças com deficiência intelectual. Me encantei pelo espaço, pela maneira que a educadora ensinava e estimulava ele, com o carinho que as pessoas transmitiam, e acima de tudo pela responsabilidade e o querer de ajudar o próximo.

Eu queria participar desses momentos com ele, queria poder ajudá-lo futuramente e saber “o que” e “como” fazer isso. Foi então, que decidi e com a ajuda de meu padrinho me inscrevi para o Curso de Educação Especial como primeira opção, e Química como segunda opção, por ser apaixonada pela matéria no ensino médio.

Segui estudando e aproveitando meu ensino médio, era uma aluna quieta e dedicada, tinha dificuldades como qualquer pessoa nas matérias que não tinha afinidade, mas nunca foi motivo de preocupação, pois sempre me esforçava ao máximo para superá-las. Graças a Deus, nunca reprovei na escola, motivo de orgulho e reconhecimento de meus pais e realização pessoal.

Em 2013, cursando o último ano do ensino médio aquele frio na barriga tomou por conta, pois um ciclo estava se findando e as responsabilidades iriam aumentar, perderia de certa forma a convivência diária com meus amigos. Isso tudo me causava ansiedade e medo, por não saber o que aconteceria após a escola, o receio de falhar ou me sentir perdida.

Ressalto, que o 3º ano do ensino médio (2013) foi maravilhoso, era um período de preparação para aguardar o ingresso na faculdade, e também aproveitar ao máximo momentos, que depois sentiria saudade. Nesse período, meus sentimentos oscilavam a todo momento, era uma adolescente iniciando a vida “adulta”, tendo que

assumir responsabilidades, as quais não sabia se conseguiria cumpri-las. Pode-se dizer que a adolescência:

É um período em que o indivíduo sente prazer de manifestar seus gostos e preferências de forma exagerada. É uma fase cheia de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de si mesmo e da própria identidade, os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando assim a liberdade e auto-afirmação. (SILVA; VIANA; CARNEIRO, 2011, p. 6)

Passei por todos esses anseios, tentando encontrar o caminho certo, me adequando a ele, busquei antes de tudo a minha felicidade, pois se estava no caminho mais adequado, era através dele que encontrava as certezas da vida. Foi um ano produtivo, e que se consolidou com a minha aprovação no vestibular, não existe palavras para expressar a sensação de ouvir e ler seu nome na lista dos aprovados. Uma comemoração enorme entre familiares e amigos, que me felicitavam por mais esta conquista.

Iniciei a graduação no primeiro semestre de 2014, meus objetivos ao ingressar nesse curso eram: o de aprender formas de auxiliar futuramente meu primo; de compreender questões e dúvidas que eu não tinha conhecimento, as quais me acompanhavam algum tempo. No início me senti perdida, achava que não era capaz de estar ali por ser nova, a recém havia feito 17 anos, sobrevinha com todas as preocupações e processos de amadurecimento que uma adolescente passa.

O sonho da maioria dos adolescentes é entrar na faculdade, garantir um futuro digno e ser um profissional respeitado. Eu, não muito diferente, sempre busquei a realização pessoal acima de tudo, pois acredito que o profissional depende do que nós somos, aprendemos e nos modificamos através do conhecimento.

Durante os primeiros dois anos de curso, passamos por diversas disciplinas que abordavam aspectos sociológicos, históricos e filosóficos da educação e do progresso da educação especial ao longo dos anos. Essas áreas traziam em sua metodologia o principal fator que torna uma pessoa professora/educadora, o pesquisar e a busca de novos aprendizados. Pois, um bom profissional da área da educação, precisa e necessita estar sempre se atualizando e buscando novas informações. Esse fator, que por virtude de oportunidades que apareceram durante o curso, me permitiram aprimorar meus conhecimentos.

Trabalhei um ano como bolsista na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, na UFSM, experiência que me auxiliou bastante no crescimento profissional e pessoal, pelo fato de me possibilitar articular o aprendizado teórico concomitante com a prática. Experiências e vivências únicas que fizeram toda a diferença, pois me apaixonei ainda mais pela área que escolhi, e aprendi com pessoas de grande capacidade, me mostrando o amor e a felicidade que é trabalhar com crianças, independentemente de suas especificidades. Infelizmente trabalhei apenas dois semestres na unidade, em decorrência da carga horária do semestre seguinte.

Na sequência disso, surgiu a oportunidade de participar do Projeto de Estimulação Essencial do NEPES. O famoso “filme” passou pela minha cabeça. Recordei de quando acompanhava meu primo nos atendimentos, jamais imaginaria que um dia seria eu a realizar esse trabalho. Esse projeto me propiciou outros aprendizados, pois eu tinha “liberdade” de planejar e trabalhar com esse aluno a medida que percebia sua necessidade educacional. Para além da troca de experiência com todos os envolvidos, colegas de graduação e familiares dos alunos.

Ao me aproximar dos últimos três semestres do Curso de Educação Especial, vieram os estágios, que se dividiram entre as áreas: dificuldade de aprendizagem, surdez e déficit cognitivo. Anteriormente, já havia tido contato com escolas e instituições, práticas que faziam parte da matriz curricular do curso.

A cada estágio, a certeza de que estava no caminho certo me fez vibrar, todos os momentos, desde o medo de não dar certo, alegria de alcançar meus objetivos, sentimento de alívio em ver que meu trabalho fazia a diferença, os afetos e trocas de conhecimento com professores, educadoras, orientadora, alunos e familiares dos mesmos, diversas barreiras por conta de fatores climáticos, o cansaço de conciliar meu papel de estagiária, filha, aluna, amiga, dona de casa, madrinha, neta com o fato de estar feliz. A frase que define minha emoção e sentimento é: “valeu a pena”.

Durante esses quatro anos de graduação vivi diversos momentos, o que me fez crescer e amadurecer. Houveram frustrações, conquistas, felicidades, tristezas, grandes amizades, comemorações e acima de tudo, ensinamentos. Acredito que aproveitei com responsabilidade e comprometimento, respeitando meus limites, bem como aprendi a conviver com pessoas diferentes e descobri que para obter um bom relacionamento e crescimento pessoal e profissional com todos, dependia de nossa cooperação e coleguismo.

Após todos esses acontecimentos, o temido trabalho de conclusão do curso, (TCC) se aproximava, e através de uma reflexão comecei a pensar o valor e importância da formação do professor, pois sem ela eu não me tornaria essa pessoa que olha o outro sem enxergar seus defeitos e respeita suas diferenças, quaisquer que sejam. Bem como, todas as teorias, disciplinas, metodologias e professores capacitados para assumir esse papel de transmitir o conhecimento para seu futuro colega.

Como também, gostaria de poder compartilhar minhas experiências e vivências ao longo de minha vida, por serem determinantes na formação da pessoa que me tornei. Expor meus sentimentos e escolhas importantes, o progresso do meu crescimento profissional e pessoal. Pois, considero que este momento de autorreflexão e exposição de alguns marcos de minha vida, contribuem para inspirar as pessoas a buscar compreender processos formativos os quais já passaram.

2. 2 CAMINHOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Atualmente, o professor de educação especial desempenha um papel importante no desenvolvimento de um aluno com necessidades educacionais especiais. Mas, tal prática nem sempre fez parte do ambiente educacional, pois a educação para esses sujeitos não era pensada e contemplada. Com a influência de diversos eventos políticos, econômicos e sociais, hoje existisse um profissional capacitado para compreender esse público, bem como atendê-lo com eficiência.

Podemos refletir sobre as práticas direcionadas ao público alvo da educação especial desde o princípio. Momento em que não existia todo esse movimento em prol da “inclusão”, essa que visa assegurar a participação ativa desses indivíduos em todos os espaços sociais, conseqüentemente torná-los parte de uma sociedade trabalhadora e consumidora.

As ações, pensamentos e atitudes dos indivíduos ao longo dos séculos se modificaram de acordo com o que se acreditava no momento histórico em que passavam, muitos desses pensamentos eram instituídos nos sujeitos por influência política, religiosa, econômica e até cultural. Havia uma necessidade de acreditar em uma verdade que, quase sempre, acarretava na segregação das comunidades, haja

visto que, aqueles que não se encaixavam no padrão social, eram considerados como “excluídos”.

Durante todos esses anos a luta pela garantia de estar no grupo dos incluídos, sempre esteve presente nas ações dos sujeitos. No entanto, o que era considerado em cada passagem dos séculos modificou-se a medida que desconstruções e novas formas de olhar uma determinada situação começou a fazer parte das pessoas, o ato de refletir sobre um assunto fez diferença para que hoje fossemos indivíduos “livres”, reflexivos e donos de um pensamento crítico.

Isso nos faz compreender que: “a tradição hebraico-cristã reforça o dualismo: de um lado (ou em cima) existe o paraíso do Éden, da graça e o ócio e, de outro (ou embaixo) o vale de lágrimas, do pecado e do trabalho [...] (NOSELLA, 2002, p.98). Neste sentido, o autor utiliza a prática cristã popular entre os povos, que possui influência significativa em seus seguidores fiéis até os dias de hoje, como um demonstrativo da funcionalidade dos campos sociais.

Existia uma segregação de dois principais ofícios, o da liberdade e o da necessidade. Os nobres, cavaleiros, militantes e salvadores participavam do mundo da liberdade, onde a garantia de que estariam livres de qualquer forma de exclusão social e espiritual eram lhes assegurada. Por outro lado, os ditos “excluídos”, classe trabalhadora, necessitava a todo momento produzir para conseguir obter condições suficientes para viver e pagar todos seus “pecados”.

Com isso, a classe denominada “excluída” comportava indivíduos marginalizados, ou seja, aqueles que ocupavam o lugar de inferioridade na sociedade. Nesta perspectiva, os sujeitos deficientes, como a própria terminologia traz em sua nomenclatura, é considerada uma pessoa não eficiente ou sujeito da falta, se encaixava neste grupo.

Ainda, durante o século XVIII, os indivíduos com necessidades especiais fazem parte da história da humanidade, “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” (SILVA, 1987, p. 21). Neste sentido, o que diferencia o surgimento desses sujeitos em meio a sociedade e toda campanha criada em volta da inclusão desses, está diretamente ligada ao processo político. A partir do momento que esses indivíduos passam da categoria de inativos para ativos, ou seja, surge o

interesse de produzir manufaturas direcionadas às necessidades desse público, conseqüentemente tornando-os também consumidores.

Anteriormente as ações inclusivas que fazem parte hoje do discurso cultural, social e principalmente político mundial, perpassaram por momentos críticos e desiguais ao longo da história. No final do século XVIII e início do século XIX, sugeriram estudos que centravam suas análises principalmente na busca de explicações das causas de disfunções e anomalias que os “deficientes” apresentavam (ROGALSKI, 2010).

Através disso a medicina expandiu suas pesquisas, intensificando a criação de diagnósticos que avaliassem esses indivíduos nas áreas do biológico, a fim de aliviar os familiares ou até mesmo a sociedade, uma vez que, após o diagnóstico esses sujeitos eram encaminhados a asilos ou alas criadas nas dependências de hospitais ou manicômios (ROGALSKI, 2010).

Essa prática foi importante para que começasse a surgir estudos voltados aos sujeitos “deficientes”, ainda que esse método não fosse suficiente para que houvesse o desaparecimento da segregação dos grupos, perdurando a marginalização e discriminação dos mesmos. Mas, "o desenvolvimento da ciência permite questionar os dogmas religiosos e começam a surgir estudos mais sistemáticos na área médica visando explicar tais comportamentos" (PESSOTTI, 1984, p. 72).

A sociedade apresentou grandes barreiras em aceitar os “segregados” e incluí-los verdadeiramente, pelo fato do modelo médico continuar historicamente sendo o principal meio de avaliação desses sujeitos. Boa parte da sociedade, tendo em vista, que a abordagem sobre estes sujeitos era através do olhar da incapacidade em desempenhar funções denominadas como “normais”.

Durante o século XIX, o modelo médico ainda era o mais eficaz para estudar as especificidades das pessoas com deficiência, para tanto, surgiu a ideia da reabilitação dos mesmos, a partir do momento que esses passavam a serem vistos como úteis à sociedade. Neste momento, iniciou-se todo um processo de criação de instituições que atendesse esse público em prol da reeducação, compreendendo que existia uma intencionalidade política a partir do momento que estes voltariam ao convívio social, conseqüentemente haveria um crescente no capitalismo dos países, pois haveriam mais consumidores.

Por conseguinte, a reabilitação treinava também os “incapazes” para entrarem no mundo do mercado de trabalho, uma vez que, eles poderiam chegar a realizar

trabalhos manuais nas indústrias, por exemplo. O modelo europeu servia de exemplo para os demais continentes, ou seja, os avanços dos estudos e pesquisas na área eram padronizados, assim, na época, o Brasil também adotou a iniciativa da reabilitação.

Neste sentido, ocorreram muitos movimentos em prol da educação no país, destaco um destes momentos que foi marcado pela construção do Instituto dos Meninos Cegos, seguindo o movimento Imperial adotado por toda Europa, essa instituição foi assegurada pelo Decreto Imperial nº1.428, em 12 de setembro de 1854.

No século XX, a partir de 1930:

[...] a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação [...] (JANNUZZI, 2004 p.34).

Neste momento, é possível compreender que além das diversas ações criadas e constituídas governamentalmente, através do olhar da reabilitação, onde funcionava principalmente em dependências de alas hospitalares, existe uma significativa parcela da sociedade que começa a criar espaços de entidades filantrópicas visando o processo psicopedagógico dos sujeitos excepcionais.

As pessoas excepcionais, como passaram a serem chamados os deficientes, traz em definição na nomenclatura: indivíduo que tem deficiência mental, pessoa com algum tipo de deformação física ou sensorial. Os sujeitos que se encaixassem neste grupo, tinham direito a frequentar os espaços de filantropia a organizações humanitárias.

Os movimentos entorno dessas organizações que focalizavam na área psicopedagogia, originaram-se de pesquisas e estudos voltados a compreender os comportamentos dos excepcionais, como também avaliações do psíquico desses indivíduos. Esse tipo de prática iniciou-se por meio de ações dos profissionais na área da psicologia, em que começaram diversos testes que calculavam o nível de capacidade intelectual dos indivíduos.

Nesse sentido, o teste de quociente intelectual objetivava designar o perfil da inteligência de pessoas com necessidade especiais, apesar desse método já existir desde o ano de 1905, somente alguns anos depois essa prática foi reconhecida e

instaurada. O responsável foi o alemão William Stern, que ainda no século XIX, conseguiu definir a nomenclatura de quociente de inteligência para a abreviatura, hoje conhecida como: teste de QI, com o intuito de preservar sua concepção de que era possível avaliar a capacidade mental dos indivíduos.

Na sequência já no século XX, Binet e Simon, estruturaram uma escala métrica para a inteligência, em que nesta concepção: “seria possível prever o desempenho escolar de uma criança, independentemente de sua condição social ou econômica” (AMARAL, 2007, p.3). Assim, os dois pesquisadores criaram o primeiro teste de QI, indicando que a inteligência poderia ser considerada um conjunto de processos do pensamento que compõem a adaptação mental.

Na atualidade os testes de QI não são tão utilizados como nas décadas anteriores, pelo fato de se acreditar que esse método se trata de uma avaliação tendenciosa desfavorecendo um público alvo de desvalorização e discriminação.

Cito como por exemplo, as mulheres, que durante uma parte da história do desenvolvimento humano, foram postas em uma categoria inferior à dos homens, conseqüentemente pensava-se que as mesmas não tinham capacidade intelectual iguais a do sexo masculino. Toda via, existem ainda psicólogos que utilizam os testes para distinguir os indivíduos que necessitam ou não de ajuda especial, compreendendo que o método beneficia nessa identificação.

Uma vez que os indivíduos eram encaminhados aos espaços de educação ou reabilitação, aconteciam atividades referente a reeducação para estarem em convívio social novamente, bem como preparação para desempenhar tarefas na área trabalhista. A política pública ainda não assume o papel desse tipo de educação, mas contribui com algumas fundações, como por exemplo a fundação para o livro do cego no Brasil em 1946. Essa instituição, objetivava produzir livros em braille para pessoa com deficiência visual.

Na sequência, em 1954:

[...] surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. A APAE é concebida tendo como parâmetro a organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais. (ROGALSKI, 2010, p. 4)

A APAE surge nesse período seguindo o modelo vigente nos Estados Unidos, tendo sua primeira instituição em território brasileiro no estado do Rio de Janeiro. A

fundação formada por uma organização social, objetivava atenção integral aos seus frequentadores.

Em 1961, a lei nº 4.024, revogada pela lei nº 9.131 em 1995, tinha o mesmo intuito da reforma Capanema (1942), que visava a educação como serviço de desenvolvimento de habilidade e mentalidade por meio de qualquer tipo de classe ou categoria social que um indivíduo participasse.

Nessa perspectiva, o interesse pelo ser “deficiente” teve um crescente significativo, a partir do momento em que o ingresso na escola era livre por todos, incluindo a população menos favorecida economicamente à escolarização. A preocupação com a educação para todos começou a fazer parte do poder público, que se constitui no Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, que tomam as decisões do governo.

Assim, as práticas de integração dos portadores¹ de deficiência, começaram a fazer parte das ações políticas e econômicas do mundo. Com isso, ocorreram diversos movimentos sociais organizados, cujo objetivo era lutar pelos direitos desse público, eventos que se iniciaram a partir da década de 80.

Ressalto que anterior a isso, em 1973 um marco mudou a visão sobre esses sujeitos em relação aos seus direitos no Brasil, a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), formou o primeiro órgão responsável pela política do ensino dos deficientes. Sendo certificado por meio do decreto nº 72.425.

Na sequência, 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil garantiu:

[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus [...] (BRASIL, 1988, p. 1)

A partir desse momento, qualquer indivíduo passaria a ser “livre”, e poderia participar de todos os espaços culturais e sociais, bem como o direito de possuir

¹O termo portadores de deficiência foi utilizado durante muitos anos para referir-se a pessoa com qualquer deficiência. A palavra portadores, traz como indicativo algo que “porta” e que é possível se desvincular, diferentemente do sujeito com deficiência, que na maioria das vezes, a deficiência é permanente. Atualmente, para reportar-se a esses indivíduos, se utiliza a terminologia: pessoa com necessidades educacionais especiais.

acesso à educação. Assim, depois da metade do século XX a perspectiva de vida desses sujeitos passou para o modo de integração, no sentido de desenvolver cidadãos conscientes e participativos.

Neste momento, o discurso era o de: não deveria mais existir excluídos, e sim incluídos, haja visto, que todo e qualquer cidadão deveria participar ativamente dos ambientes sociais. Com isso, alguns anos depois, após a Constituição da República Federativa do Brasil instaurar e garantir os direitos dos cidadãos, também surgiu a Declaração de Salamanca (1994) que foi o marco para a educação especial, onde iniciou-se a caminhada para a Educação Inclusiva.

Neste documento, o direito ao público alvo da Educação Inclusiva estava garantido e protegido pelas organizações governamentais, assim:

[...] o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações. (UNESCO, 1998, p.2)

A partir do momento que a educação é oferecida aos todos, independentemente da condição de uma pessoa, seja essa, por uma necessidade educacional especial, pela sua etnia, influência cultura ou classe social, o direito à educação é protegido e assegurado pelo governo.

Por conseguinte, mais um passo foi concretizado, em nome da luta pela educação para todos e a inclusão dos sujeitos com necessidades especiais, surge em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que segundo o capítulo V, parágrafo único: “O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino” (BRASIL, 1996, p.20).

Possibilitando, a partir disso, a esses sujeitos, o ingresso ao ensino regular como qualquer aluno e o atendimento especializado, focalizado nas especificidades dos mesmos. No entanto, quando nasce o direito ao atendimento individualizado todo e qualquer caso começou a ser considerado com NEE, o que causava excesso de alunos com problemas de desenvolvimento, que muitas vezes não era necessário seu atendimento individualizado.

No século XXI, quando iniciou, no primeiro dia de janeiro de 2001, período ainda em vigência, ocorreu em 17 de setembro de 2008 o Decreto nº 6.571, definindo quais sujeitos eram público alvo do AEE, assim, foi considerado: alunos com deficiência de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD); alunos com altas habilidades/supertodação (BRASIL, 2010, p. 28).

Outra mudança que auxilia na identificação e encaminhamento desses alunos, é a formação do grupo que os avalia, essa que é constituída por uma equipe multidisciplinar, organizada por profissionais de diferentes áreas, como, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, educadores especiais, nutricionista e neurologista, varia da necessidade que se tem para concluir um diagnóstico.

A trajetória que percorremos, até que hoje tivéssemos a inclusão de maneira geral desses indivíduos, foi importante para que compreendêssemos que os direitos às pessoas, com necessidade educacional especial, assistida pelas políticas públicas, demandou de muito esforço e luta social.

Pensado nisso, atualmente, quem desempenha o papel de elaborar atividades sobre o pensar no desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais é o educador especial. Esse nem sempre esteve presente, pois como já mencionado anteriormente, as pessoas excepcionais viviam em asilos, classes especiais e/ou dependências hospitalares. Local onde não haviam profissionais preparados para atuar, pelo fato de que muitos são incrédulos à educação dos mesmos, bem como o de pensarem que tais indivíduos, quando “treinados” poderiam desempenhar atividades manuais.

Nos dias de hoje existem ainda instituições que funcionam como classes especiais, a APAE por exemplo, oferece em sua infraestrutura diversas atividades para desenvolver seu público-alvo. Do ponto de vista governamental, de que todo e qualquer indivíduo deve estar inserido no ensino regular, em qualquer que seja a escola, pública ou particular, assim:

O papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular. Seu papel vai além, cabe-lhe preparar os jovens para o futuro. E, se a pretensão é transformar o futuro para uma sociedade mais justa e igualitária, urge preparar os educandos para tal, para que não seja apenas um cidadão de papel, mas que saibam serem cidadãos de fato e de direito, em todo tempo e lugar. (THOMAZ, OLIVEIRA, 2009, p. 9-10)

A responsabilidade da escola está em oferecer possibilidades para o crescimento de seu aluno, pois a mesma tem o dever de preparar o sujeito para exercer uma profissão, respeitar as diferenças, promover ações culturais, independentemente das peculiaridades de cada um. No entanto, é imprescindível que esse trabalho seja em colaboração com uma política descente, familiares presentes e comunidade participativa.

2.3 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERCURSO DA FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

O estudo da formação do profissional atuante no campo da Educação Especial, traz modificações em sua trajetória, modificações, que ao longo das décadas, perpassou por diversos progressos e ajustes adequando-se às normativas políticas e sociais. Todo esse movimento foi necessário para que hoje pudéssemos compreender os avanços constitucionais na área da educação especial, que refletem diretamente na formação de seus discentes.

Eu, como estudante em formação no Curso de Educação Especial na Universidade federal de Santa Maria (UFSM), localizada na cidade de Santa Maria/Rio Grande do Sul – Brasil, busquei o aprofundamento teórico fundamentado na história curricular do curso desta instituição, analisando os períodos que a formação do educador especial perpassou até o presente momento.

Assim, anteriormente a existência do curso de Educação Especial na UFSM, essa modalidade acontecia por meios de estudos adicionais, sem que houvesse um currículo centralizado na área. Desta forma, havia apenas especialização específica ou formação extracurricular dentro de outros cursos já existentes.

Outro aspecto determinante na implementação do Curso na UFSM, foram as modificações na infraestrutura do Centro de Educação, denominado assim desde 1978, pois até essa data o Centro titulava-se como Ciências Pedagógicas. Esse centro, atendia alunos das áreas da Filosofia, Ciências e Letras, passando a acolher também, estudantes na área da Educação Especial após sua reestruturação. Oferecendo assim, melhores condições estruturais para o bom ensino de seus participantes.

Os estudos voltados para a ciência da Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria, iniciou-se por volta de 1962, quando surgiu a emergência de

formar profissionais que atuassem na educação de crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva, de maneira mais rápida do que a ofertada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, localizado no Rio de Janeiro, tendo em vista, que está era a única instituição voltada a essa formação.

Nesta perspectiva, aqueles que se habilitassem na área em questão, atuariam de maneira centralizada no sujeito com deficiência auditiva, desempenhando seu papel de docente em classes especiais, localizadas em dependências de instituições educacionais na cidade. Em decorrência dessa formação, o estado do Rio Grande do Sul teve sua primeira Instituição de ensino pública a oferecer classe especial, estruturada na escola Olavo Bilac, Instituição da Rede Estadual de Santa Maria/RS.

Por conseguinte, em 1964, a formação de professores para atuar frente a esses alunos passou para outra modalidade, essa que se chamava Estudos Adicionais, que acontecia através de uma parceria entre a escola Olavo Bilac e a UFSM, tendo como aspecto formativo, o psicopedagógico e médico-científico.

Já em 1974, criou-se no curso de Pedagogia, uma Habilitação Específica em Deficientes da Audiocomunicação, baseada na Resolução Nº. 07 de 1972 do Conselho Federal de Educação. Essa permaneceu, não mais vinculado ao Curso de Pedagogia, foi ofertado também a habilitação específica em deficientes mentais, amparada pela mesma Resolução, ainda que a essa se referisse somente ao deficiente auditivo. Na sequência, o Centro de Educação reestruturou essas habilitações, resultando no Curso de Licenciatura Curta, nomeado, Curso de Formação de Professores para Educação Especial – Deficientes Mentais – Licenciatura Curta.

Concomitante a estes acontecimentos, o número de crianças excepcionais² foi crescendo numerosamente nas escolas de 1º grau, necessitando de mais profissionais voltados ao ensino da área, buscando desenvolver o que era ideal na época, conduzir de melhor maneira seus discentes à normalização. Essa se referia a: [...] proporcionar às pessoas portadoras de deficiência, com problemas de condutas e

²O termo excepcional não faz mais parte da nomenclatura que se refere a pessoas com necessidades educacionais especiais. No entanto, se fez necessário utilizá-lo, tendo em vista, que essa terminologia foi muito utilizada na década de 90, momento em que esses sujeitos eram considerados sujeitos atípicos.

superdotadas, condições de vidas similares às ordens de outras pessoas [...] (BR/MEC/Portaria 69/68 In FERREIRA, 1993, apud FREITAS, 1998, p. 98).

Na sequência em 1975, foi implementado a habilitação específica para Formação de Professores de Excepcionais Deficientes Mentais, ofertado dentro do Curso de Pedagogia. O surgimento dessa habilitação foi construído através da articulação entre a UFSM e a CENESP (Centro de Educação Especial). Com isso, essa capacitação auxiliou o atendimento desses alunos, que como supramencionado teve um aumento significativo dos excepcionais a procura da educação.

No ano seguinte em 1976, o Curso de Pedagogia (601) oferecia quatro Habilitações, são elas: habilitação em Orientação Educacional (602); habilitação em Deficientes da Audiocomunicação (604); habilitação em Formação de Profissionais para Excepcionais Deficientes Mentais (605); E habilitação em Administração Escolar (606).

Para conseguir qualquer uma das habilitações, era necessário concluir o curso do núcleo comum do Curso de Pedagogia, que totalizava em 2.280 horas. Posterior a finalização deste, o aluno escolhia sua habilitação e concluía mais horas aula que alternava de acordo com a demanda de cada capacitação.

Todavia começou a ser pensado nos resultados que essa preparação ofertada junto ao Curso de Pedagogia estava ocasionando. E, neste momento, se percebeu que essas especializações não correspondiam às necessidades reais, haja vista, que não existia apenas alunado com deficiência auditiva ou deficiência mental, foco das Habilitações disponíveis.

Neste seguimento, se deu início à iniciativa de criar a independência do Curso de Educação Especial, baseada na proposta de não ser aceito qualquer habilitação em Educação Especial, como seguimento do Curso de Pedagogia, este que foi descrito no artigo 7º da Resolução do Conselho Federal de Educação, por Valnir Chagas (1976), no entanto, a proposta não foi aceita.

Em 1977, após um processo de criação e aprovação, passou a existir o Curso de Formação de Professores para Educação Especial – Deficientes Mentais atuando como Licenciatura Curta, no Centro de Ciências Pedagógicas atual Centro de Educação (CE). Assim, essa modalidade estava desvinculando do Curso de Pedagogia (601), o qual funcionava por meio da Habilitação em Formação de Profissionais para Excepcionais Deficientes Mentais (605). A forma de ingresso era

através de Concurso Vestibular, como ocorria nos demais cursos ofertados pela UFSM.

Os anos de vigência do Curso de Formação de Professores para Educação Especial – Deficientes Mentais como Licenciatura Curta, foi de dois anos (1977 – 1978). Desta forma, em 1979, o curso passou para Licenciatura Plena, passando a ser reconhecido nesta modalidade pelo Conselho Federal de Educação um ano depois (1980).

Por conseguinte, “[...] a partir do momento em que já se cogitava uma licenciatura plena, a procura aumentou consideravelmente, chegando em 1980 com 118 candidatos inscritos no vestibular, para 25 vagas” (FERREIRA, 1998, p.103). Neste sentido, professores atuantes no Curso e o Colegiado Didático, consideraram necessário atribuir no currículo, algumas disciplinas básicas, as quais poderiam fazer a diferença na formação do professor da área, tendo como referência o Plano de Carreira do Magistério Estadual/RS.

[...] no ano de 1981, a formação do professor especializado que se reveste de um nítido e exclusivo sentido pedagógico. Um professor especializado apto a responder a tônica do Parecer de nº 848/72/CFE, que é de NORMALIZAÇÃO progressiva dos alunos portadores de deficiências. Esta formação beneficiava a “normalização pretendida”, isto é, tornar o sujeito apto a produzir, distribuir e consumir bens. (FERREIRA, 1998, p.104)

Nesta perspectiva, o Curso de Formação de Professores de Educação Especial – Licenciatura Plena – Habilitação em Deficientes Mentais (Curso 605), reconhecido pelo CFE por meio do Parecer nº 1.308/80, começou a funcionar no Centro de Educação, com carga horária de 2.550 horas divididas em 7 semestres.

Em 1982, foi aprovado pelo CFE através do parecer 65/82 o projeto do Centro de Educação, que visava a separação definitiva do Curso de Educação Especial do Curso de Pedagogia. Esse novo começo para o Curso de Educação Especial começou a ser exercido a partir do ano de 1984, quando sua independência entrou em vigor, assim, o curso passou a se chamar Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena – Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação (Curso 632) e Habilitação em Deficientes Mentais (Curso 631).

Para ingressar, o educando prestava o Concurso Vestibular, concorrendo a 40 vagas ofertadas, que se subdividam em 20 vagas para cada Habilitação. Em seu currículo, mantiveram-se as disciplinas de formação geral para além das específicas

na área da educação especial, nessa totalidade somavam-se 3.525 horas aula de disciplinas obrigatórias e 90 horas aula de disciplinas optativas.

Por conseguinte, as disciplinas obrigatórias se dividiam em: disciplinas pedagógicas, disciplinas médicas, disciplinas metodológicas e disciplinas pedagógicas específicas. Já as disciplinas optativas, traziam por exemplo, temáticas como a ética e a cultura brasileira.

Após a década de 90 e início dos anos 2000, por meio de uma reestruturação política/pedagógica, o Curso passou a ofertar aos estudantes interessados na área, o Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, que teve sua primeira turma no ano de 2004, assim, tendo vigência até os dias atuais.

Nesta nova perspectiva, segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso:

[...] cria-se a necessidade não só de pensar no professor como o fomentador do processo, mas também se faz necessário compreender a demanda que favorece a atuação profissional desse professor que dentre outras responsabilidades, tem o compromisso com a inclusão dos alunos com necessidades especiais. (PPP, 2008, p. 13)

Assim, o campo de atuação do educador especial se amplia para estratégias inclusivas desse alunado, considerando também o trabalho voltado às especificidades do mesmo. No presente momento, aqueles que ingressam no curso aprendem práticas pedagógicas de maneira geral, didáticas e estudos psicopedagógicos envolvendo o trabalho na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Considerando que o objetivo da formação do professor de Educação Especial na atual realidade deste curso oferecido na UFSM, é “Formar professores para a Educação Especial em curso de Licenciatura, Graduação Plena, em nível superior, para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas diferentes modalidades da Educação Especial (PPP, 2008, p. 23).

Ainda que o foco esteja centralizado nos alunos com necessidades educacionais especiais da Educação Infantil e Anos Iniciais, o curso também forma, ao mesmo tempo, professor para atuar em outras realidades que existem, essas que podem ser efetivadas em instituições e associações específicas, como as APAES, ou no ensino de Jovens e Adultos em escolas públicas e particulares.

3 PROCESSOS ESTRUTURAIS DESTE ESTUDO: REFLEXÃO AUTOBIOGRÁFICA E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A partir de duas tendências este estudo se constituiu, a reflexão autobiográfica e pesquisa bibliográfica. Através de uma busca em meu introspectivo pude trazer períodos e memórias sobre meu desenvolvimento, compilando esses vestígios narrados com momentos importantes na formação do professor de educação especial, tendo em vista, que hoje minha profissão encontra-se nessa área.

Para o primeiro viés, me aprofundei em estudos voltados ao método autobiográfico, através disso, é possível perceber que:

[...] histórias de vida são, atualmente, utilizadas em diferentes áreas das ciências humanas e da formação, através da adequação de seus princípios epistemológicos e metodológicos a outra lógica da formação do adulto, a partir dos saberes tácitos ou experienciais e da revelação das aprendizagens construídas ao longo da vida como uma metacognição ou metareflexão do conhecimento de si. (SOUZA, 2006, p.25)

Neste sentido, encontrei neste método uma maneira de me encontrar e reencontrar, pensando no que vivi e aprendi em uma perspectiva futura. A possibilidade de estabelecer esse contato com meu passado e perceber cada caminho percorrido, foi, além de importante, muito emocionante, levando em consideração que na escrita deste trabalho, diversos sentimentos se fizeram presentes.

Acredito que através dessa expressão autobiográfica, contribuiu no sentido de instigar docentes e discentes que futuramente, lendo este trabalho, possam buscar reflexionar sobre suas atitudes e práticas, bem como compreender quais momentos foram decisivos para sua formação e constituição. Pois, esse ato só tem a enriquecer sua posição diante de aprendizados futuros, considerando também, a procura por formações continuadas, no sentido de sempre estar se aperfeiçoando.

Articulado a isso, conduzi um estudo bibliográfico subdividido em duas áreas: a primeira em um momento amplo na história da educação especial e sobre seu profissional em diferentes momentos no Brasil, e a segunda em um momento mais específico, centrado na pesquisa de documentos institucionais do Curso de Educação

Especial, ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, local onde realizei minha graduação.

A pesquisa bibliográfica:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32)

Assim, foi por meio deste método que recolhi informações e as articulei com minha história autobiográfica. Deste modo, criei um momento de tensão buscando e expondo momentos de épocas diferentes, mas que faziam parte de um contexto pessoal.

4 DESFECHOS E RECOMEÇOS: FINDANDO UM CICLO E IDEALIZANDO NOVAS POSSIBILIDADES

Este estudo, intitulado: *Sentimentos e sentidos do querer ser Professor de Educação Especial: Uma história autobiográfica*, concomitante com formação do professor de educação. Gerou em sua problemática, a importância de buscar compreender quais foram os caminhos percorridos pelos professores na área da educação especial, em dois momentos. Na constituição em âmbito nacional e na formação institucional, bem como, pensar quais atribuições esses dois sentidos trouxeram para minha formação.

A partir da reflexão de minhas vivências e experiências pessoais durante minha vida até o momento, penso, que todos os caminhos que percorri foram de extrema importância para que hoje eu compreendesse que toda dedicação, frustração, modificação e reinvenção foram necessários para formação da profissional que me tornei.

Os fatores supracitados, foram determinantes nas minhas escolhas, principalmente na busca pela formação do professor de educação especial, momento em que fui me descobrindo e constituindo pouco a pouco. Ressalto ainda, que meu crescimento foi muito significativo, tanto no contexto pessoal, por meio das minhas relações interpessoais, quanto no contexto profissional, através de parcerias e amizades que conquistei durante a graduação.

Ainda que não tenha acompanhado os progressos e modificações que esse profissional sobreveio, tendo em vista, que muito dos momentos decisivos na construção da formação deste profissional ocorreu no período em que crescia e me desenvolvia, foi, através da pesquisa bibliográfica, por meio de documentos, que detalhavam esses momentos históricos que pude me aproximar e apropriar de cada processo perpassado.

Nos encontramos e reencontramos a partir do momento em que passamos a pensar acerca de nós mesmos, de nossas próprias práticas e relações interpessoais. Apesar do método autobiográfico ser um processo recente no âmbito das ciências da educação, na década de 20, sociólogos estudavam e utilizavam essa metodologia como algo positivo no ensino e aprendizagem.

Neste sentido, considerando que esta alternativa é importante para nos auto reflexionarmos, com intuito de que, com este ato, possamos analisar todas as nossas vivências e experiências, absorvendo todos os momentos que vão das frustrações até as realizações alcançadas. Este movimento de pensar sobre nossa relação intrapessoal, só tem a contribuir, a partir do momento que nesse processo a possibilidade de nos aperfeiçoarmos em todos os aspectos é evidente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. G. R. **A morte do filho idealizado**. O Mundo da Saúde, São Paulo, 2012.
- AMARAL, V; L. **A Inteligência**. Programa Universidade a Distância – UNIDIS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, 2007.
- BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 295 Vol. 1. **Legislação Informatizada** – Decreto 1.428, de 12 de setembro de 1854, Brasília, DF.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Congresso Nacional – CN, Brasília, DF.
- BRASIL. **Câmara do Deputados: Decreto Nº 6.571 de setembro de 2008**. Brasília, DF, 2010.
- BRAZELTON, T. B & CRAMER, B. G. **As primeiras relações**. Rio de Janeiro. Ed. Martins Fontes, 1992.
- BUENO, B. O. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade**. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP. Educ. Pesqui. Vol.28 no.1. p. 11-30, jan./jun. 2002.
- _____, **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais 1994**. UNESCO, Brasil, 1998.
- _____, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREITAS, S. N. **A Formação do Professor de Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria – RS**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, 1998.
- JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em educação especial / diurno**. UFSM, 2008.
- MUNHOZ, M. A. **A contribuição da família para as possibilidades de inclusão das crianças com Síndrome de Down**. Tese de doutorado. Universidade Fe de era do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

NOSELLA, P. **A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: Integrar Trabalho e Tempo Livre.** Contexto e Educação. Editora: UNIJUÍ – Ano 17 – nº 65, 2002, p. 95-110.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

RATUSNIAK, C. **De quem é o aluno da Classe Especial?.** Curitiba, Paraná. Reunião Científica Regional da ANPED, 2016.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. Revista de Educação do IDEAU – REI. Vol. 5 – Nº 12 - Julho – Dezembro, 2010.

SANTOS, E. P. **Adaptação de crianças na educação infantil.** Revista e-Ped – FACOS/CNEC, Osório, Vol. 2 – Nº 1, 2012.

SCALIANTE, A. P. S. **A inclusão do aluno portador de necessidades Educativas especiais no ensino comum.** Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

SILVA, P. S. M; VIANA, M. N; CARNEIRO, S. N. V. **O Desenvolvimento da adolescência na Teoria de Piaget.** Trabalho de Curso. FCRS, 2011.

SILVEIRA, F. L. **A Teoria do Conhecimento de Kant: o idealismo transcendental.** Porto Alegre – RS. Instituto de Física/UFRGS, 2002.

SOUZA, E. C. **A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação.** Universidade do Estado da Bahia e Faculdades Integradas Olga Mettig. Revista Educação em Questão, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

THOMAZ, L. OLIVEIRA, R. C. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.** Ponta Grossa – Paraná, 2009.